



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Núcleo de Apoio Regional de Serro

Parecer Técnico IEF/NAR SERRO nº. 19/2020

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2020.

| ANEXO III DO PARECER ÚNICO | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|---------------------------------------------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO | | | |
| Tipo de Requerimento do Intervenção Ambiental | Número do Processo | Data Formalização | Unidade do SISEMA responsável pelo processo |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | 14030000280/20 | 18/08/2020 | NAR Serro |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO | | | |
| 2.1 Nome: Gilberto Medeiros Ribeiro | | 2.2 CPF/CNPJ: 546.890.236-20 | |
| 2.3 Endereço: Rua Colombia, 265, Apto 601 | | 2.4 Bairro: Sion | |
| 2.5 Município: Belo Horizonte | | 2.6 UF: MG | 2.7: CEP: 30.320-010 |
| 2.8 Telefone: (31) 97127-2112 | | 2.9: E-Mail: medeiros1@yahoo.com | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | |
| 3.1 Nome: | | 3.2 CPF/CNPJ: | |
| 3.3 Endereço: | | 3.4 Bairro: | |
| 3.5 Município: | | 3.6 UF: | 3.7: CEP: |
| 3.8 Telefone: | | 3.9: E-Mail: | |
| 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL | | | |
| 4.1 Denominação: Fazenda Vertentes da Peroba | | | 4.2 Área Total (ha): 5,5989 |
| 4.3 Município/Distrito: Serro/Capivari/MG | | | 4.4 INCRA (CCIR): - |
| 4.5 Matrícula: 5309 | Livro: 02 | Folha: 01 | Comarca: Serro/MG |
| 4.6 Coordenada Plana (UTM) | | X (6): 669406 | Datum: SIRGAS 2000 |
| | | Y (7): 7960563 | Fuso: 23K |
| 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL | | | |
| 5.1 Bacia Hidrográfica: Rio Jequitinhonha | | | |
| 5.2 Unidades de Conservação: não | | | |
| 5.3 Ocorrência de Espécies Flora/Fauna () Raras () Endêmicas (X) Ameaçadas | | | |
| 5.4 Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação: sim | | | |
| 5.5 Vulnerabilidade Natural: alta | | | |
| 5.6 Prioridade para Conservação da Biodiversitas: especial | | | |
| 5.7 Bioma: Mata Atlântica | | Área (ha): 5,5989 | |
| 5.8 APP com cobertura Nativa | | Área (ha): 1,0354 | |
| 5.9 APP com uso consolidado | | Área (ha): 0,0 | |
| 5.10 Uso do solo no imóvel | | Área (ha) | |
| Remanescente de vegetação nativa | | 3,3216 | |
| APP | | 1,0354 | |
| Reserva Legal | | 1,1411 | |
| Agricultura / Área antropizada | | 0,1008 | |
| Total | | 5,5989 | |
| 6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | |
| Tipo de Intervenção REQUERIDA | | Quantidade | Unidade |

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | | | 0,1008 | ha |
| Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | Quantidade | Unidade |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | | | 0,1008 | ha |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 7.1 Bioma/Transição entre biomas | | | Área (ha) | |
| Mata Atlântica | | | 0,1008 | |
| 7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias | | | Área (ha) | |
| Ecótono (FESD/Cerrado) | | | 0,1008 | |
| 8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 8.1 Tipo de Intervenção | Datum | Fuso | X (6) | Y (7) |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | SIRGAS 2000 | 23K | 669348 | 7960518 |
| 9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| 9.1 Uso Proposto | | Especificação | Área (ha) | |
| Agricultura | | G-01-03-1 (Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura) | 0,0200 | |
| Atividade não prevista na DN 217/2017 | | Abertura de pequena via de acesso e construção de moradia | 0,0808 | |
| 10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL / VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 10.1 Produto/Subproduto | Especificação | Qtde | Unidade | |
| Lenha de floresta nativa | Uso energético no próprio imóvel | 4,0330 | m³ | |

PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

- O imóvel se localiza em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação de proteção integral, o Parque Estadual do Pico do Itambé;
- De acordo com a consulta feita a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA), o imóvel se localiza em área prioritária para conservação considerada como “média”;
- Foi apresentado o Plano de Utilização Pretendida com inventário florestal, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 1905 de 2013.
- Foi apresentado o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF, de acordo com o art. 26 do Decreto Florestal 47.749 de 2019;
- Foram amostradas no inventário florestal duas espécies ameaçadas de extinção segundo Portaria Nº 443/2014, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), são elas *Tachigali rugosa* (jataíba) e *Dalbergia nigra* (jacarandá-da-bahia).

1. Histórico:

- Data da formalização: 18/08/2020
- Data do pedido de informações complementares: 09/09/2020
- Data de entrega das informações complementares: 25/09/2020
- Data de Vistoria: 28/08/2020
- Data da emissão do parecer técnico: 25/09/2020

2. Objetivo:

O presente parecer tem como objetivo analisar solicitação de Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em área de 0,1008 hectare (ha) tendo a finalidade de obtenção do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA em caráter corretivo para realização de atividades de agricultura, plantio de videira.

3. Caracterização do Imóvel/empreendimento:

3.1 do imóvel rural:

O imóvel é denominado Fazenda Vertentes da Peroba e está localizado no distrito de Capivari, município de Serro/MG. Possui área de 5,5989 ha, correspondendo a aproximadamente 0,14 módulo fiscal. Este parâmetro, para a localidade, se baseia em 40 ha, o que caracteriza pequena propriedade rural. O município de Serro está inserido nas abrangências de dois biomas brasileiros, o Cerrado e a Mata Atlântica. Porém o local se encontra nos limites do último e por isso está sujeito à aplicação da Lei Federal N° 11.428 de 2006. O possuidor do imóvel e responsável pela intervenção é o Sr. Gilberto Medeiros Ribeiro.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- **Número do registro:** MG-3167103-FC05.C5D6.549B.4177.9F29.6E6E.C46E.FB8D;

- **Área total:** 5,5989 ha;

- **Área de reserva legal:** 1,1411 ha;

- **Porcentagem do imóvel com reserva legal:** 20%;

- **Área de preservação permanente:** 0,9926 ha;

- **Área de uso antrópico consolidado:** 0,1008 ha;

- **Qual a situação da área de reserva legal:**

(X) A área está preservada: 1,1411 ha.

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- **Formalização da reserva legal:**

(X) Proposta no CAR. () Averbada. () Aprovada e não averbada.

A Reserva Legal - RL é proposta, porém não é averbada em cartório de registro de imóveis. Atendendo a legislação vigente, Lei Federal 12.651 de 2012, possui 20%.

- **Qual a modalidade da área de reserva legal:**

(X) Dentro do próprio imóvel () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- **Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:** 1 (um).

- **Parecer sobre o CAR:**

Verificou-se que as informações prestadas no CAR correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada. A localização e composição da reserva legal está de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. No imóvel não há compute de APP como RL, portando aprova-se o CAR.

4. Intervenção ambiental requerida:

O requerente solicita Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em área de 0,1008 ha. No local ocorreu supressão irregular de vegetação nativa e o proprietário recebeu o auto de infração N° 86249, lavrado no ano de 2017, que está sendo quitado. A vegetação suprimida se encontra em ecótono de Floresta Estacional Semidecidual - FESD/Cerrado e tem fitofisionomia de FESD secundária em estágio inicial de regeneração, segundo o PUP e constatações realizadas in loco em vistoria técnica.

O requerimento tem a finalidade de obtenção de DAIA em caráter corretivo para regularizar atividade de agricultura sob código G-01-03-1 (Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura), plantio de videira; além de atividade não prevista na DN 217/2017 que se refere a construção de pequena via de acesso e moradia. Foi apresentado o Plano de Utilização Pretendida – PUP com inventário que é exigido no artigo 9º, inciso IV, da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013.

A área de intervenção ambiental - AIA, na qual houve a supressão de vegetação nativa irregular, está em bom estado de conservação. As árvores tem média de 3 m de altura e o subbosque é habitado por espécie de samambaia.

De acordo com os cálculos apresentados no Inventário Florestal, foram suprimidos na área de 0,1008 ha um volume de 4,0330 m³ de produtos florestais que foram utilizados nos limites do próprio imóvel. Foram contabilizados 33 (trinta e três) indivíduos da espécie *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth (jacarandá-da-bahia) e 17 (dezes) indivíduos da espécie *Tachigali rugosa* (Mart. ex Benth.) Zarucchi & Pipoly (jataíba), ambas consideradas ameaçadas de extinção. Com a supressão irregular, será inferida a quantidade dos indivíduos que possivelmente foram suprimidos e

haverá compensação dos mesmos nas áreas de uso restrito do próprio imóvel em atendimento ao art. 73 do Decreto N° 47.749 de 2019, que trás procedimentos para compensação de espécies ameaçadas de extinção. Não foram observadas espécies imunes de corte.

- Inventário florestal:

O levantamento de campo foi realizado por equipe técnica especializada da Terra Vale Consultoria Ambiental no início de maio de 2020. A metodologia utilizada foi a Amostragem Casual Simples - ACS, sendo lançadas 03 (três) unidades amostrais em área similar à supressão realizada irregularmente. A equação utilizada para os cálculos volumétricos foi a de FESD, $VT_{CC} = 0,00007423 \times DAP^{1,707348} \times HT^{1,16873}$, apresentada nos estudos do Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, em convênio com FAPEMIG, com o relatório final emitido em dezembro de 1995.

Foi utilizada uma área adjacente de 0,8344 ha, de fitofisionomia idêntica à área de intervenção, para realização das inferências. Nas três parcelas lançadas foram registrados 51 indivíduos arbóreos (≥ 5 cm de DAP). Contabilizando as bifurcações desses indivíduos, foram amostrados 70 fustes, utilizados nos cálculos de estimativas volumétricas. Em média, a densidade de ocupação de 425 indivíduos vivos/ha.

O valor de riqueza ainda no componente arbustivo-arbóreo foi de 22 espécies. Essas espécies pertencem a 17 famílias e 21 gêneros.

Na área de referência as espécies *Copaifera langsdorffii* (11,72%), *Terminalia glabrescens* (11,29%), *Vochysia tucanorum* (9,38%), *Astronium urundeuva* (7,11%) e *Dalbergia nigra* (6,23%), juntas apresentaram 45,73% do valor IVI. São estas as espécies que caracterizam o componente arbustivo-arbóreo da paisagem do local, mostrando não haver uma dominância na área estudada.

O volume calculado foi de 31,0606 m³ referente a área de 0,8344 ha. As espécies *Terminalia glabrescens*, *Vochysia tucanorum*, *Copaifera langsdorffii*, *Tachigali rugosa* e *Psidium canum* apresentaram juntas 56,8% do volume estimado.

O Inventário Florestal teve suficiência amostral de 8,0137% e o volume estimado por hectare foi da ordem de 37,2251 m³, variando $\pm 2,9831$ m³.

As espécies foram classificadas segundo seu potencial para produção de madeiras com perfil de utilização na categoria Nobre ou Energético. Contudo, foi levado em consideração para a indicação de aproveitamento em uso nobre, a aptidão de cada indivíduo, ou seja, DAP de pelo menos 15,0 cm. Consequentemente, a categoria Nobre da madeira foi composta somente por indivíduos pertencentes a espécies de madeira de lei (ou produtoras de madeira de qualidade) com diâmetro adequado, ou seja, indivíduos com Aptidão de Uso.

Assim, apesar de algumas espécies apresentarem potencial para o emprego madeireiro, seus indivíduos de pequeno porte não puderam ter neste PUP indicação para uso Nobre, sendo categorizados na categoria de uso Energético.

- Levantamento de espécies rasteiras/gramíneas:

Na área de Campo Rupestre, foram instaladas 06 (seis) parcelas de 1x1m (1m²) para a amostragem da vegetação gramíneo-herbácea. Registrou-se 27 espécies rasteiras nativas, representantes de 10 famílias botânicas e 25 gêneros.

Nas unidades amostrais foram registradas duas espécies relacionadas entre as citadas na lista da Portaria MMA nº443, de 17 de dezembro de 2014 como ameaçadas de extinção, sendo elas: *Minasia scapigera* e *Richterago arenaria*, classificadas como “Em Perigo” e “Vulnerável”, respectivamente.

A maior proporção de cobertura medida nas parcelas foi de solo exposto, com 51,2%. No estudo da vegetação gramíneo-herbácea foi estimado na área o montante de 48,8% de cobertura vegetal viva.

- Espécies ameaçadas ou imunes de corte:

No compartimento arbustivo-arbóreo foram registradas espécies ameaçadas de extinção segundo os dados da CNC-Flora e a lista da Portaria MMA nº443, de 17 de dezembro de 2014.

Sendo uma classificada como “Quase Ameaçada”, *Tachigali rugosa* (Mart. ex Benth.) Zarucchi & Pipoly (jataíba) e uma espécie como “Vulnerável”, *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth (jacarandá-da-bahia). Não foram observadas espécies imunes de corte.

- Do rendimento e da destinação do material lenhoso:

De acordo com os cálculos apresentados no Inventário Florestal e inferência realizada para a área já desmatada, foi suprimido no local um volume de 4,0330 m³ de lenha de floresta nativa, incluindo destoca.

- Taxas:

A taxa de expediente referente à Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em área de 0,1008 ha foi recolhida no valor de **R\$ 463,95** (quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos).

A taxa florestal referente ao volume de 4,0330 m³ de lenha de floresta nativa apresentados no requerimento foi recolhida no valor de **R\$ 20,96** (vinte reais e noventa e seis centavos).

Será cobrado Taxa Florestal Complementar, pois segundo o art. 34 do DECRETO N° 47580 DE 28/12/2018, a taxa florestal para o caso do requerimento, deve ser recolhida com acréscimo de 100%, sendo assim, será novamente solicitada.

Contudo será recolhida Taxa Florestal complementar referente à **4,0330 m³** (parte aérea mais destoca) de lenha de floresta nativa no valor de **R\$ 20,96** (vinte reais e noventa e seis centavos).

- Reposição Florestal:

A Lei Estadual nº 20.922 em seu art. 78 e a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.914/2013 em seu art. 3º obrigam a pessoa física ou jurídica que industrialize, comercialize, beneficie, utilize ou consuma matéria prima vegetal oriundas de vegetação nativa a reposição do estoque de madeira em compensação pelo consumo.

O Decreto Estadual nº 47.749/2019 no artigo 114 determina as opções para o cumprimento da Reposição Florestal, sendo eles: formação de florestas próprias ou fomentadas, participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas, recolhimento à Conta de Arrecadação da Reposição Florestal ou destinação ao Poder Público de área no interior de unidade de conservação de proteção integral estadual de domínio público. O empreendedor não apresentou nenhum projeto de compensação.

Considerando opção pelo pagamento à conta de recursos especiais a aplicar, considerando as diretrizes do Decreto Estadual nº 47.749/2019 que determina a reposição de 6 árvores para cada metro cúbico de madeira nativa suprimida e o valor por árvore é de 1 UFEMG, sendo o valor UFEMG para o ano de 2020 de R\$ 3,7116, assim o valor de reposição florestal a ser pago pelo empreendedor referente ao corte raso de **4,0330 m³** é de **R\$ 89,81** (oitenta e nove reais e oitenta e um centavos).

4.1 Eventuais restrições ambientais:

- **Vulnerabilidade natural:** alta;
- **Prioridade para conservação da flora:** muito alta;
- **Prioridade para conservação Biodiversitas:** especial;
- **Unidade de Conservação:** não;
- **Área indígena ou quilombolas:** não;
- **Outras restrições:** não;

4.2 Característica socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- **Atividades desenvolvidas:** agricultura;
- **Atividades Licenciadas:** não;
- **Classe do empreendimento:** não se aplica;
- **Critério locacional:** 2;
- **Modalidade de licenciamento:** Não passível;
- **Número do documento:** -

4.3 Vistoria realizada:

No dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2020 foi realizada vistoria técnica no imóvel denominado Fazenda Vertentes da Peroba, localizado no município de Serro, cujo proprietário é o Sr. Gilberto Medeiros Ribeiro. A propriedade está localizada próxima ao Distrito de Capivari e está totalmente inserida no Bioma Mata Atlântica, por esse motivo, está sujeita a aplicação da Lei 11.428 de dezembro de 2006.

O requerente solicita Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 0,1008 hectare (ha) com o objetivo de concessão de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA em caráter corretivo. O auto de infração nº 86249 foi lavrado no ano de 2017 e o proprietário está quitando o débito adquirido com a supressão de vegetação nativa sem autorização prévia do órgão ambiental.

A perícia foi acompanhada pelo próprio dono do terreno, que auxiliou no caminhamento pelo imóvel e forneceu informações necessárias para sanar algumas dúvidas referentes à solicitação.

Em análises preliminares às imagens de satélite foi possível observar que o imóvel é quase em sua totalidade coberto por vegetação nativa, possuindo áreas com fisionomia arbórea, campo rupestre e campo limpo. Analisando-se o histórico das imagens, teria sido realizada abertura de estrada e construção de residência.

In loco, observou-se que na coordenada 669344/7960391 a Reserva Legal - RL trata-se de uma mescla entre ecótono (Florestal Estacional Semidecidual - FESD e Cerrado) e campo rupestre. A vegetação arbórea possui altura média de 3 metros (m) e é densa. A área está em perfeito estado de conservação e corrobora com o que foi declarado no Cadastro Ambiental Rural - CAR, que exige 20% em atendimento à Lei Federal 12.651 de 2012.

Em visita às áreas de preservação permanente - APP, nas coordenadas 669331/7960530, pôde-se verificar que estão conservadas apresentando 30 m nas duas faces do curso d'água. O córrego intermiente abastece a residência e vizinhos que moram à jusante. A vegetação no local possui

maior porte por se encontrar em área com alto índice de umidade.

No local onde houve o desmatamento ilegal existem a estrada, a moradia e um plantio de *Vitis* sp. (videiras), coordenadas 669339/7960512. Há o desenvolvimento de jardinagem e não há fatores que possam desencadear degradação ambiental. Espécies nativas são utilizadas nas encostas para conter o terreno e com finalidade ornamental.

Em atendimento às exigências do processo de DAIA corretivo, foi realizado inventário florestal em área similar à irregularidade. O local utilizado como base para estimar o volume suprimido possui vegetação de ecótono com grande presença da espécie *Eremanthus incanus* (cadeia), porém não configura candeal, possuindo grande diversidade de espécies. As árvores possuem altura média de 3 m e são ora tortuosas, ora retílineas. A serrapilheira é pouco espessa e existe moderada quantidade de lianas. As epífitas e terrículas são raras, porém há grande presença da espécie *Pteridium* sp. (samambaia) no sub-bosque. Essa descrição nos permite avaliar o local como FESD secundária em estágio inicial de regeneração. O relevo é suave ondulado e o solo é bem pedregoso devido aos afloramentos rochosos que são bem evidentes em alguns pontos.

Foi realizada visita à Parcela 3 (três), coordenadas 669329/7960481, que estava delimitada com barbante e canos de PVC. As árvores apresentavam plaquetas metálicas com código, podendo ser executada remediação de Circunferência à Altura do Peito - CAP de todos os indivíduos com o auxílio de fita métrica e a identificação das espécies. Os dados foram corroborados com os apresentados na planilha de campo pelo consultor ambiental e esse fato nos permite validar o inventário florestal que estima de forma precisa o volume da área que é similar ao da infração ambiental.

Na referida parcela se apresentaram duas espécies ameaçadas de extinção que precisarão ser compensadas através da execução de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF nas áreas de uso restrito da propriedade. São elas *Tachigali rugosa* (inga-bravo) e *Dalbergia nigra* (jacarandá-da-bahia).

Foi também realizado estudo da vegetação gramíneo-herbácea da área de campo limpo. Foram registradas 27 (vinte e sete) espécies que foram identificadas através de pequenas parcelas de 1 m x 1 m. Em conferência de campo pôde-se corroborar os dados com as planilhas apresentadas no PUP. Não foram encontrados vestígios da fauna silvestre.

4.3.1 Características físicas:

- **Topografia:** montanhosa;
- **Solo:** Complexo Ortognáissico de Gouveia (A3go);
- **Hidrografia:** O imóvel possui um córrego intermitente que abriga 1,0354 ha de APP. O local pertence à bacia Federal do Rio Jequitinhonha.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação:

O imóvel situa-se na em contexto fitogeográfico na região da Serra do Espinhaço, onde a vegetação apresenta um grande ecótono dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado. Ainda assim, em contexto amplo o local se apresenta como bioma Cerrado com fitofisionomia de FESD.

A classificação da vegetação deste estudo corrobora os dados de distribuição geográfica fitofisionômicos apresentados no IDE-SISEMA (Cobertura da Mata Atlântica 2019), e segundo a nomenclatura proposta pelo IBGE (2012) denominada por Floresta Atlântica - Floresta Estacional Semidecidual Montana (FESD) e Refúgio Vegetacional, associado a afloramento (quartzítico/arenítico).

- Fauna:

A fauna é bastante rica e relaciona-se com a diversidade da flora e seus recursos hídricos. Entre muitas das espécies, encontradas, destacam-se o *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-de-colete), o *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), a *Leopardus pardalis* (jaguaritica), a *Puma concolor* (sussuarana) e o *Callicebus coimbrai* (guigó). Todas essas espécies são ameaçadas de extinção, porém em vistoria técnica não foram avistados nenhum dos animais citados.

4.4 Alternativa Técnica e Locacional

Não se aplica.

4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos ambientais:

Dentre os prováveis impactos no meio ambiente cita-se a de circulação e acesso de máquinas e caminhões que atuará na compactação do solo, exposição parcial do solo, diminuindo a infiltração de água no solo, promovendo um maior escoamento superficial. A remoção da vegetação nativa afetará as condições hidrológicas. Não haverá rebaixamento do lençol freático, pois não serão abertos drenos na área com essa finalidade. As emissões atmosféricas (poeiras) e a geração de ruído durante as atividades não apresentarão risco, pois a área encontra-se distantes de comunidades. Neste sentido não há alternativa locacional para o projeto.

Medidas Mitigadoras:

- Conservar as estradas de acesso à área, trilhas internas e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno;

- Monitoramento, principalmente nos meses mais secos, para se evitar eventuais incêndios;
- Visando à minimização do impacto do desmatamento sobre a fauna, sugerimos na medida do possível, que o usuário do sistema adote uma cronosequência e uma distribuição espacial das operações (desmate), para que haja sucesso no deslocamento dos animais para área de reserva legal e áreas de preservação permanente;
- Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas agrícolas na área do projeto, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo;
- Embora não se tratar de área com potencial erosivo, manter medidas preventivas de drenagem e recobrimento do solo, visando evitar erosões tanto nas áreas de cultivo, como também nas estradas de acesso;

5. Medidas Compensatórias:

- PTRF

Será realizado plantio compensatório das espécies ameaçadas de extinção, suprimidas na atividade de supressão irregular, inserido na APP ou RL cujas coordenadas UTM são 1 - 669322 / 7960535 e 2 - 669438/7960460, respectivamente. A escolha do local vai depender da época do ano.

No levantamento realizado na Fazenda Vertentes da Peroba foi encontrada uma densidade de 33 e 17 indivíduos/ha, respectivamente *Dalbergia nigra* e *Tachigali rugosa*. Levando em consideração a área suprimida de Floresta Estacional Semidecidual (0,0854 ha), estima-se que foram suprimidos 04 (quatro) indivíduos, sendo 03 (três) de *Dalbergia nigra* e 01 (um) de *Tachigali rugosa*.

Para o presente projeto adotou-se a proporção de 15:1, ou seja, para cada indivíduo suprimido serão plantadas 15 mudas, totalizado assim 60 mudas, sendo 45 de *Dalbergia nigra* e 15 de *Tachigali rugosa*.

A aquisição das mudas dependerá da produção dos viveiros e época, sendo assim caso não seja encontrada alguma das espécies essa será substituída por mudas de outra espécie do mesmo grupo ecológico, sendo que a proporção será de 25:1, conforme determina o § 3º do Art. 73 do DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Para proceder com o plantio de forma a subsidiar ambiente propício para as mudas se desenvolverem de forma a alcançar todo seu potencial de crescimento, serão realizados alguns tratos culturais como: adubação e controle de formigas.

A abertura das covas deve apresentar dimensões mínimas de 60×60×40 cm (Lado×Lado×Profundidade). O coveamento será manual com o uso do enxadeco. As covas deverão ser abertas como descrito em cada estratégia para os distintos sítios identificados. O preparo e adubação das covas será feito 15 dias anteriores ao plantio.

Após a abertura da cova, aplica-se 500 g (quinhentas gramas) de fósforo natural espalhados uniformemente no fundo da cova. Logo após a camada de fósforo deve-se cobrir com uma camada de aproximadamente 20 cm (vinte centímetros) do solo. Nos 20 cm (vinte centímetros) superiores, fecha-se a cova com a muda implantada utilizando o mesmo solo, porém incorporando uniformemente cerca de 10 L (dez litros) de esterco bovino curtido misturado ao solo.

O acompanhamento do projeto de plantio deverá ser realizado por técnico legalmente habilitado para essas funções e, o monitoramento é constituído, basicamente, por visitas de inspeção e pela definição de pontos de referência. O progresso do revestimento vegetal nas diversas áreas deverá ser documentado a fim de comprovação da eficácia das medidas adotadas além da possível adoção de medidas alternativas aos procedimentos iniciais, caso seja necessário. Além disso, é recomendada uma inspeção semestral para o acompanhamento dos projetos de plantio.

O cronograma de execução das atividades não foi anexado, por ser muito extenso, porém pode ser encontrado na página 11 e 12 do PTRF.

5.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

6. Análise Técnica:

Considerando as observações realizadas in loco na perícia, a documentação comprobatória e os estudos ambientais apresentados; conclui-se que não há impedimentos legais para a concessão do DAIA corretivo para que ocorra a regularização ambiental do imóvel. Para fins legais, foram tomadas as corretas providências para a regularização e a concessão está em total conformidade com as principais legislações vigentes; portanto deve ser aceita. São elas: LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.; LEI Nº 20.922, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.; DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019; RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF nº 1905, DE 12 DE AGOSTO DE 2013 e LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.

7. Conclusão:

Dessa forma, sugere-se o **DEFERIMENTO** da solicitação de DAIA CORRETIVO em **0,1008 ha**. A intervenção ocorrerá no bioma MATA ATLÂNTICA, rendimento lenhoso de **4,0330 m³**, na propriedade FAZENDA VERTENTES DA PEROBA, de interesse de GILBERTO MEDEIROS RIBEIRO.

Diante do exposto acima, em atendimento à Legislação Florestal Vigente, o processo deverá ser encaminhado ao Núcleo de Controle Processual – URFBio Jequitinhonha, para análise e emissão de parecer por se tratar de supressão da cobertura vegetal. Segue em anexo, arquivo fotográfico.

8. Condicionantes:

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1 | Execução do PTRF proposto para as espécies ameaçadas de extinção, inserido na APP ou RL cujas coordenadas UTM são 1 - 669322 / 7960535 e 2 - 669438/7960460, respectivamente; | 36 meses |

9. Validade:

Validade do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA é de: 36 (trinta e seis) meses.

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Luiz Gustavo Catizani Carvalho

MA SP: 1489604-7

Data do Parecer: 25/09/2020



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Catizani Carvalho, Servidor**, em 25/09/2020, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19849454** e o código CRC **62C10C39**.